

Mercado mundial, imperialismo e dependência: o papel central da grande indústria

Leonardo Leite* e Marcelo Carcanholo**

Resumo: O artigo analisa a relação entre grande indústria, mercado mundial e imperialismo, com o objetivo de reconstituir teoricamente o processo histórico que produziu a dependência. Constatase que o entendimento da gênese da dependência não pode estar vinculado com a tese do capitalismo monopolista, pois deve-se buscar suas raízes na Revolução Industrial e na formação do mercado mundial propriamente capitalista. Para isso, desenvolve-se a teoria do valor e dos preços de Marx para identificar os processos de transferência de valor a partir do comércio, mostrando que a grande indústria cria centro e periferias e que a relação embutida no desenvolvimento do mercado mundial é uma relação imperialista.

Palavras-chave: Imperialismo. Dependência. Mercado mundial. Grande indústria. Teoria marxista da dependência.

Abstract: The article analyzes the relationship between big industry, the world market and imperialism with the objective of theoretically reconstituting the historical process that produced dependency. It finds that an understanding of the genesis of dependency cannot be linked to the thesis of monopolistic capitalism since it must seek its roots in the Industrial Revolution and in the formation of the capitalist world market itself. To this end, he develops Marx's theory of value and prices to identify the processes of transference of value from trade, he shows that large industry creates centers and peripheries and that the relationship embedded in the development of the world market is an imperialist relationship.

Keywords: Imperialism. Dependency. World market. Big industry. Marxist dependency theory.

Resumen: El artículo analiza la relación entre la gran industria, el mercado mundial y el imperialismo para reconstituir teóricamente el proceso histórico que produjo la dependencia. Señala que la comprensión de la génesis de la dependencia no puede vincularse a la tesis del capitalismo monopolista, ya que debe buscar sus raíces en la Revolución Industrial y en la formación del propio mercado mundial capitalista. Para ello, desarrolla la teoría del valor y de los precios de Marx para identificar los procesos de transferencia de valor a partir del comercio, muestra que la gran industria crea centros y periferias y que la relación que se inscribe en el desarrollo del mercado mundial es una relación

Palabras-clave: Imperialismo. Dependência. Mercado mundial. Gran indústria. Teoría marxista de la dependencia.

* Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo (NIEP-Marx/UFF).

** Professor Titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo (NIEP-Marx/UFF)

Introdução

Está bem consolidado na literatura sobre o imperialismo a indicação de que se trata de um fenômeno histórico cuja gênese se situa no último quarto do século XIX (LENIN, 2008; HARVEY, 2003; CALLINICOS, 2009; ARRIZABALO MONTORO, 2014). Existem outras interpretações, como a de Mészáros (2001), que aponta a existência de um “imperialismo colonial moderno” entre 1800 e 1870, ou a de Gallagher e Robinson (1953), que falam de um “imperialismo do livre comércio” no mesmo período, mas essas são teses com menor difusão e, por circunstâncias variadas, incapazes de desafiar a interpretação dominante.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista da teoria marxista da dependência, está igualmente consolidada a tese de que a dependência da América Latina nasce com os processos de independência política no primeiro quarto do século XIX, com a constituição contraditória de soberanias nacionais (MARINI, 2005; SANTOS, 1970; BAMBIRRA, 2015). Isso se expressa na clássica definição de Santos (1970, p. 231, grifos nossos), por exemplo, quando ele diz que “[...] por dependência entendemos uma situação na qual a economia de *certo país* é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a primeira é subordinada”, ou quando ele separa a “dependência colonial” da “dependência industrial-financeira”.

Partindo da formulação de Santos, que é compartilhada por Marini, Bamberra e outros teóricos que fundam a teoria marxista da dependência, existe uma tentativa clara de vinculação com as teorias do imperialismo. Quando o autor indica que a “dependência industrial-financeira” substitui a “dependência colonial”, mas se consolida apenas no final do século XIX, reiterando a tese do capitalismo monopolista tão cara à interpretação leninista sobre o imperialismo¹, ele parece deixar um período descoberto na análise, que é o período entre as independências políticas (fim da dependência colonial) e o final do século XIX.

Luce (2018, p. 27), quando comenta o ensaio de Marini (2005), evita explicitar quando exatamente nasce a condição dependente, mas desenvolve uma formulação semelhante à de Santos (1970). Ele diz que “[...] o ensaio de Marini assentou as bases para aprofundar o conhecimento de complexos mecanismos que operam desde que se formou o mercado mundial e teve advento a fase superior do capitalismo”. Embora não fique claro quando seria o advento dessa “fase superior”, se o autor estiver supondo que corresponde ao final do século XIX, como sugere Santos, Lênin, e outros,

¹ Kvangraven (2021, p. 84) apresenta outras evidências da vinculação entre as teorias da dependência construídas pelos “neomarxistas” com a tese do capitalismo monopolista: “The neo-Marxist dependency theorists tend to root their economic theory in the extension of monopoly capitalism”.

temos o mesmo problema de antes, pois o esforço de Marini (e Bamberger, como Luce reconhece adiante) foi entender a nova condição de exploração internacional surgida com “as rupturas com as ex-metrópoles” (LUCE, 2018, p. 212).

Parece existir, na interseção entre as teorias marxistas do imperialismo e da dependência, uma dificuldade para interpretar esse período: como explicar as relações de dependência que se constituem com a descolonização formal a partir de uma teoria do imperialismo? Nossa hipótese é que a busca por teorizar a dependência nos marcos das teorias predominantes do imperialismo, que se baseiam na tese do capitalismo monopolista, torna essa dificuldade incontornável, o que poderia ser superado se recorrêssemos a uma teoria do imperialismo que não pressuponha o capitalismo monopolista. O reconhecimento de que nos marcos da expansão imperialista gesta-se a dependência exige que a teoria do imperialismo adequada à teoria marxista da dependência seja distinta da versão predominante.

Kvangraven (2021), na sua tentativa de sistematizar as diversas teorias sobre a dependência em um eclético programa de pesquisa, aponta que o núcleo do programa seria a hipótese de que o desenvolvimento econômico global tende a ser polarizador ao invés de equalizador, conformando, em nossas palavras, centro imperialista e periferias capitalistas dependentes. Explicar o desenvolvimento desigual entre nações está, de fato, no núcleo das teorias marxistas sobre a dependência, por isso elas partem da noção de troca desigual, que é o vetor adequado, como iremos defender neste artigo, pelo qual as teorias da dependência podem convergir com as teorias do imperialismo. Em outras palavras, a dependência e o imperialismo são frutos de um mesmo processo histórico, através do qual o primeiro ato envolve trocas desiguais através do comércio exterior, portando as condições necessárias para a gênese da relação de subordinação econômica das periferias dependentes ao centro imperialista.

O objetivo deste artigo é oferecer uma interpretação sobre a gênese do imperialismo (e da dependência) a partir da teoria do valor de Marx. Partindo desse referencial, a formulação teórica deve, necessariamente, vincular-se com a reconstituição do processo histórico, mesmo sem todas as complexas nuances concretas que, afinal, compõem o próprio objeto. Para isso, precisaremos mostrar que, com a constituição da grande indústria, no período histórico conhecido como a primeira Revolução Industrial, que se estende do último quarto do século XVIII à primeira metade do século XIX, o modo capitalista de produção (e apropriação) rompe radicalmente com formas pretéritas, torna-se *sui generis*, passa a reproduzir-se em escala mundial, gerando, assim, o par categorial imperialismo/dependência.

Ao lançar luz nas transformações reais e concretas oriundas da Revolução Industrial a partir da teoria do valor, nosso trabalho pretende contribuir com o entendi-

mento de uma *forma de imperialismo* muitas vezes negligenciada (o comércio exterior, característica inclusive do imperialismo contemporâneo do século XXI) e de uma *fase do imperialismo* igualmente negligenciada: o imperialismo do século XIX.

Nosso argumento está organizado em mais três seções. Na próxima, indicamos como a lei do valor opera uma transferência internacional de valor entre capitais em concorrência no mercado mundial. Na seguinte, mostramos como a transformação qualitativa no modo capitalista de produção gerada pela grande indústria se expressa na constituição do mercado mundial capitalista. Por fim, discutimos como esse mercado mundial existe necessariamente sob a forma de imperialismo.

Lei do valor e mercado mundial

Parece-nos que é requisito de uma teoria marxista do imperialismo e/ou da dependência um tratamento rigoroso do funcionamento do valor-capital em escala mundial. As distintas formas de inserção de cada economia/região, influenciando a dinâmica da acumulação mundial ou tendo que responder dialeticamente a essa mesma dinâmica, definem o caráter imperialista ou dependente das diversas economias. Os distintos níveis de desenvolvimento capitalista de determinadas economias são consequência da forma desigual e combinada com que as leis gerais do modo de produção capitalista se apresentam em determinado momento histórico.

Analisar concretamente as situações de imperialismo/dependência, além das historicidades específicas dentro do capitalismo, requer entender que o valor-capital, de um ponto de vista mais concreto, se manifesta, de forma desigual e combinada, no âmbito da acumulação mundial de capital. Um rigoroso entendimento da teoria do valor (capitalismo) é, portanto, obrigatório para isso.

Se a teoria do valor é, também, uma teoria sobre o modo de produção capitalista, então esta última depende dos “resultados” a que se chega com a primeira. Isso é importante porque a categoria *mercado mundial*, em Marx, é também a forma mais concreta de expressão das leis gerais do modo de produção capitalista. E estas últimas decorrem da teoria (lei) do valor. Portanto, um entendimento correto desta última está pressuposto na correta avaliação do significado da categoria *mercado mundial* para Marx.

Ainda que a teoria do valor, em Marx, não se restrinja à determinação da magnitude dos valores (relativos) das mercadorias, e nem seja essa a parte mais importante, a determinação da magnitude dos valores é parte constituinte da teoria do valor desse autor. Desafortunadamente, mesmo esse aspecto é pouco entendido. Alguns creem que a magnitude do valor de uma mercadoria se restringe ao seu mais alto nível de

abstração, no Capítulo 1 do Livro I de *O Capital*: o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Outros afirmarão que o Capítulo 9 do Livro III da mesma obra é crucial, pois demonstra que as mercadorias não se vendem por seus valores, mas por seus preços (de produção). Há ainda aqueles que percebem que as mercadorias não são nem vendidas pelos preços de produção, mas pelos preços de mercado. Estes últimos são o nível de determinação mais concreto daquilo que, no Capítulo 1 do Livro I, estava em sua determinação mais abstrata.

A teoria do valor em Marx significa uma teoria da realidade social e histórica em que o valor devém dinheiro, que devém capital. Todas as leis do capitalismo dependem de as mercadorias serem compradas e vendidas pelos seus valores. A teoria do valor em Marx é o entendimento, em todos os seus níveis de abstração, da lei do valor, determinação mais abstrata do que é a sociabilidade capitalista, seu objeto em sua *crítica da economia política*. Por isso é que, quando chegamos à segunda seção do Livro III, no Capítulo 8, nos deparamos com uma contradição. De acordo com a teoria do valor até ali desenvolvida, assumindo que a lei do valor implica a troca de equivalentes e que, nos vários setores da economia, existem diferenças nas rotações do capital e nas suas composições orgânicas, reinariam taxas de lucro diferenciadas. Por outro lado, o da evidência real e concreta, existe um processo de tendência à igualação das taxas de lucro, processo esse mediado pela concorrência² entre os distintos capitais. A teoria nos garante que as taxas de lucro têm que ser diferentes, dada a disparidade de composição e rotação do capital. A realidade concreta nos garante que não. A primeira chega a essa conclusão baseada na troca de equivalentes. A segunda sinaliza que as mercadorias não são e nem podem ser vendidas pelos seus valores. Há uma contradição flagrante entre os Livros I e II (mercadorias são vendidas pelos seus valores) e o Livro III (mercadorias não são e nem podem ser vendidas pelos seus valores). O que fazer?

Em primeiro lugar, deve-se deixar claro que não se trata de uma contradição do pensamento de Marx, mas de uma contradição própria da realidade concreta capitalista percebida por Marx. Se é assim, e o objetivo do autor é entender seu objeto como ele é, com todas suas legalidades, tendências e contradições, a obrigação da teoria é não esconder, mistificar, desconsiderar, abstrair (no puro pensamento) essa contradição, como se ela não existisse. Esse procedimento metodológico implicaria em desconsiderar a realidade para preservar a teoria quando esta não consegue explicar aquela.

2 A temática do sentido real da concorrência em Marx tem sido rigorosamente discutida nos últimos tempos, escapando da visão economicista que relaciona a concorrência no capitalismo unicamente com a dimensão do número de produtores (ofertantes) e consumidores (demandantes) para caracterizar estruturas de mercado específicas. Para uma visão sobre o assunto ver Shaikh (2016).

Em segundo lugar, é imprescindível alertar que esse não é o primeiro momento da exposição de Marx em que ele se depara com essa contradição. O autor já tinha tratado do assunto, em um maior nível de abstração, no Capítulo 1 do Livro I, quando constatou que a magnitude do valor de uma mercadoria era dada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria. Naquele momento, embora não o tenha ali explicitado, ele já tinha nos apresentado o verdadeiro significado da lei do valor (troca de equivalentes): as mercadorias não são vendidas pelos seus valores, e nem poderiam sê-lo, ainda que o sejam!

Naquele nível de abstração, Marx percebe que o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria determina o seu valor. Mas isso de acordo com as condições sociais médias de produtividade e intensidade do trabalho. Assim, se uma determinada economia necessita de duas unidades da mercadoria hipotética A, e um determinado capital I leva 4 horas para produzir uma unidade, sendo que outro capital II leva 6 horas para produzir outra unidade, tem-se que a economia tem um custo (social) de 10 horas para produzir duas unidades. O valor da mercadoria A, seu tempo de trabalho socialmente necessário, é igual a 5 horas, cada. Perceba-se que nenhum dos dois capitais (I ou II) tem um valor individual que corresponda a esse valor médio. Portanto, do ponto de vista dos capitais particulares, as mercadorias não foram vendidas por seus valores individuais (4 horas e 6 horas), mas do ponto de vista da totalidade, as duas mercadorias A foram vendidas por seus valores (10 horas no total).

Ali já estava o verdadeiro significado da lei do valor, só que ainda em um nível de abstração elevado. O segundo nível de abstração corresponde à famosa Seção II do Livro III, que trata da formação dos preços de produção. Naquele momento, Marx percebe que capitais de igual montante e apenas com distintas composições orgânicas, se vendessem as mercadorias por seus valores, obteriam taxas diferenciadas de lucro, o que faria com que fosse negada a própria tendência da concorrência entre capitais de distintos setores de procurarem maiores taxas de lucro, o que terminaria por, como tendência, formar uma taxa média de lucro³.

A taxa média de lucro, aplicada ao capital adiantado, define o lucro médio, que, somado ao preço de custo, forma o preço de produção, o qual garante que capitais

³ Essa forma de entender a tendência à formação da taxa média de lucro pela entrada e saída de capitais dos distintos setores fez com que vários intérpretes considerassem que Marx pensava o processo como a economia política clássica, isto é, a partir do pressuposto da concorrência perfeita e da taxa de lucro média como uma taxa de equilíbrio para onde convergiam todos os capitais. Isso é completamente estranho a Marx. Só para citar um exemplo, para que atue a tendência à igualação das taxas de lucro, bastaria que os capitais já operantes em um setor com taxa de lucro superior à média elevassem suas produções ao mesmo tempo em que aqueles em setores com taxas de lucro inferior à média reduzissem suas produções, para que a tendência se efetivasse, prescindindo da hipótese de livre entrada e saída de capitais.

de igual montante se apropriem do mesmo lucro médio, independentemente de quanta mais-valia produziram no processo produtivo⁴. Dessa forma, exceto em setores de composição orgânica do capital igual à média, os preços de produção necessariamente são distintos dos valores. Esse preço de produção não é o preço final de venda (de mercado). O fato é que, exatamente por isso, a categoria preço de produção é extremamente importante, mas também entendida de forma equivocada. Trata-se do preço que os capitais, ao saírem do processo produtivo, desejariam obter para se apropriar da taxa média de lucro. Se esse preço de produção vai ou não corresponder ao preço final de venda, apenas a concorrência em seu nível de abstração mais concreto (a confrontação do volume produzido com a necessidade social daquela mercadoria específica) poderá confirmar.

O preço de produção (a taxa média de lucro) é uma espécie de mecanismo de distribuição *a priori* (antes do mercado) do total do mais-valor produzido. Mas, na totalidade, o valor produzido é igual àquele que foi apropriado, na forma de preço de produção⁵. Comprova-se com isso que as mercadorias não são e nem podem ser vendidas pelos seus valores (do ponto de vista da particularidade dos capitais), mas pelos seus preços de produção. Entretanto, para o capital total, os preços de produção (magnitude de valor apropriada) equivalem aos valores (magnitude de valor produzida). Logo, nesse segundo nível de abstração, assim como no primeiro, as mercadorias não são, nem podem ser vendidas pelos seus valores, ainda que o sejam!

No terceiro, e último, nível de abstração, Marx constata que os preços de mercado só corresponderiam aos preços de produção por uma casualidade. Se a oferta é maior do que a demanda, os preços de mercado são inferiores aos preços de produção, e vice-versa, o que nos leva à conclusão de que as mercadorias, de fato, não são vendi-

4 Além do mais, como os capitais representantes dos distintos setores são também uma média (o preço de produção de mercado), que podem inclusive nem existir na particularidade concreta de um determinado capital, os mais variados capitais nesse setor (com distintos preços de custo, de produção etc.) apresentarão taxas distintas de lucro. A formação da taxa média de lucro não significa que todos os capitais ganharão a mesma taxa média de lucro (de equilíbrio). Ao contrário, ela pressupõe a disparidade de taxas efetivas de lucro.

5 A formação dos preços de produção levou a uma infundável discussão sobre o famigerado problema da transformação dos valores em preços de produção, com distintas posições dentro e fora do marxismo, com base na ou rechaçando a teoria do valor de Marx, ou ainda confrontando distintas interpretações desta última. Como foge ao escopo deste trabalho, nos limitamos a enunciar nossa posição. Trata-se de um falso problema! Valores e preços de produção não são coisas (entes) distintos, que necessitam ser transformados (seus sistemas) uns nos outros. *Transformação* em Marx significa a mudança de forma de uma mesma coisa. Valor e preço de produção são a mesma capacidade da mercadoria de ser trocada por outras, só que em instâncias (níveis de abstração) distintas. Por isso, em primeiro lugar, não parece fazer sentido transformar (no sentido corriqueiro) uma coisa nela mesma! Em segundo lugar, ainda que assim se proceda, não seria natural esperar que uma mesma coisa, em instâncias distintas, apresente cardinalidades distintas?

das pelos seus valores (intermediados pelos preços de produção). Observando mais de perto, quando os preços de mercado são inferiores aos preços de produção, a taxa efetiva de lucro é inferior à taxa média. Capitais instalados nesses setores tendem a reduzir seus volumes de produção, ou simplesmente abandonar essas esferas de produção. Por uma razão e/ou por outra, a quantidade de produção nesse mercado tende a cair, fazendo com que o preço de mercado suba em direção ao preço de produção. O mesmo processo ocorre, com sentido inverso, quando os preços de mercado são superiores aos preços de produção. Logo, a aparente flutuação indeterminada dos preços de mercado, na verdade, tem uma determinação, o valor da mercadoria, intermediado pelo preço de produção.

Ao contrário da economia política, clássica e vulgar, não se trata de um preço de produção que funciona como uma referência de equilíbrio que atrai os eventuais/conjunturais desacertos entre oferta e demanda. Trata-se de uma lei de tendência. Na realidade, os capitais reavaliam suas decisões de produção com base no ocorrido no período anterior, sinalizado pelo mercado, mas enfrentarão (no futuro!) condições de demanda completamente distintas, que são alteradas inclusive pelas modificações da totalidade de alterações nas decisões de produção.

Assim, a lei (teoria) do valor em Marx não significa que os preços de mercado irão corresponder quantitativamente aos valores das mercadorias, e nem poderia ser assim. A troca de equivalentes (lei do valor), de acordo com a teoria de Marx (2017), significa que o valor é o centro por onde flutuam os preços, explicando/determinando, portanto, essa flutuação.

Entendida de maneira correta (dialeticamente) a teoria do valor em Marx, deve-se retomar o fato de que todas as leis de tendência do modo de produção capitalista decorrem dela. Como essas leis de tendência se manifestam de forma distinta dependendo da conjuntura, do momento histórico e/ou do grau de desenvolvimento capitalista em determinada região, tem-se que a categoria *mercado mundial* em Marx, em um plano mais concreto, é crucial para entender o seu objeto de estudo, as categorias capitalistas como elas são na realidade concreta.

Alguns podem entender *mercado mundial* simplesmente como um mercado em escala global. Mas essa categoria em Marx significa muito mais. Quando esse autor se refere a mercado, não está tratando de um espaço específico onde os indivíduos, eventualmente, compram e vendem produtos. Mercado (ou circulação de mercadorias) para ele é a totalidade das trocas em uma economia mercantil-capitalista. Nessa sociedade, os indivíduos não têm a liberdade de ir, ou não, conforme seus caprichos, ao mercado (mundial) para, eventualmente, comprar ou vender produtos. Na sociedade capitalista, os seres humanos são obrigados, para existirem

nessa sociedade, a comprar e vender produtos. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho, esses indivíduos produzem apenas parte do que necessitam para viver. São obrigados, portanto, a obter as outras mercadorias na circulação, oferecendo para isso os seus produtos em troca. Isso significa que: (i) o trabalho privado, no capitalismo, só é reconhecido, ou não, como parte do trabalho social se o seu produto for reconhecido/validado na troca; (ii) os indivíduos se relacionam uns com os outros por intermédio da compra/venda de suas mercadorias, e não diretamente como seres sociais. Trata-se de uma sociabilidade obrigatoriamente mercantil. Portanto, quando Marx se refere ao *mercado mundial*, ele está se referindo a essa sociedade onde os seres humanos se relacionam socialmente de forma mediada/estranhada ao capitalismo. Em Marx, *mercado mundial* representa *capitalismo mundial*, as leis gerais de tendência que constituem o capitalismo em escala mundial, desenvolvidas de forma desigual.

E como a lei do valor implica, necessariamente, que capitais particulares não irão se apropriar exatamente da magnitude de valor que produziram, temos uma dialética entre a produção de valor e sua apropriação na interação entre capitais, que é justamente o que a categoria transferência de valor procura captar⁶. A diferença entre a produtividade de distintos capitais na concorrência dentro do setor (valor individual vs. valor de mercado) e entre setores (preço de produção individual vs. preço de produção mercado) é que determina essa diferença entre a produção e a apropriação do valor. Assim, é sob o acicate da concorrência que a lei do valor, bem entendida, se impõe. E, no *mercado mundial*, de forma desigual. Nos *Grundrisse*, isto é, em 1857-1858, Marx já tinha isso claro:

Tendo em vista que o lucro pode ser inferior ao mais-valor, ou seja, que o capital [pode] trocar-se lucrativamente sem se valorizar no sentido estrito, segue-se que não só os capitalistas individuais, mas também as nações podem trocar continuamente entre si, e repetir continuamente a troca em escala sempre crescente, sem que por isso precisem ganhar de modo uniforme. Uma pode apropriar-se continuamente de uma parte do trabalho excedente da outra, pela qual nada dá em troca, só que nesse caso a medida não é como na troca entre capitalista e trabalhador. (MARX, 2011, p. 747).

Rosdolsky (2001) percebe a importância desse trecho dos *Grundrisse* para o entendimento da relação de dependência – ainda que ele mesmo não use o termo – de

6 Esta categoria passou a ser reivindicada com o sentido que lhe estamos atribuindo apenas depois da morte de Marx. Em sua obra, Marx utiliza especialmente a dialética produção-apropriação quando se refere à relação de exploração da força de trabalho. Para sua utilização do ponto de vista da concorrência no mercado mundial, ver, por exemplo, Grossmann (1979). Ela será, posteriormente, central, por exemplo, para a teoria marxista da dependência.

nações formalmente independentes frente àquelas em que as legalidades capitalistas estão em maior grau de desenvolvimento. Esse autor ainda deixa claro que se trata de “[...] uma exploração que não necessita servir-se de nenhuma pressão política e, mais ainda, que sequer é intencional; estabelece-se simplesmente por causa das leis econômicas do capitalismo... Que leis são essas? Em primeiro lugar, a lei do valor” (ROSDOLSKY, 2001, p. 258)⁷. É, portanto, no mercado mundial que a lei do valor, enquanto dialética entre a produção e apropriação de valor, se expressa por intermédio da concorrência (mundial) entre os distintos capitais. Da citação dos *Grundrisse*, percebe-se que Marx tinha clara já nessa época a noção de transferência de valor – ainda que não usasse o termo nesse sentido –, sem confundir a exploração capital-trabalho com uma pretensa exploração nação-nação.

Mas a relação entre o mercado mundial (intercâmbio internacional) e o desenvolvimento desigual é ainda anterior. Em *A Ideologia Alemã*, de 1845-1846, Marx e Engels já sustentavam que:

De acordo com nossa concepção, portanto, todas as colisões na história têm sua origem na contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio. Aliás, não é necessário que essa contradição, para gerar colisões num país, tenha de chegar ao seu extremo nesse mesmo país. A concorrência com países industrialmente mais desenvolvidos, provocada pela expansão do intercâmbio internacional, é o bastante para engendrar uma contradição similar também nos países com indústria menos desenvolvida (por exemplo, o proletariado latente na Alemanha, revelado devido à concorrência da indústria inglesa). (MARX; ENGELS, 2007a, p. 61-62).

Sobre este trecho, Mészáros (2011, p. 332) afirma: “[...] a questão do desenvolvimento desigual [...]” apareceu em *A Ideologia Alemã* “[...] com referência à possibilidade de mudanças sociais dramáticas acontecerem em um país capitalisticamente *subdesenvolvido*, como resultado das contradições do desenvolvimento desigual em um sistema cada vez mais intimamente interconectado de maneira global”. Para Mészáros (2011, p. 333), “[...] isso acontece porque os países menos desenvolvidos são inevitavelmente impulsionados pelo comércio mundial à luta universal da concorrência”.

Em 1848, Marx novamente explicita o processo de transferência de valor inerente ao comércio internacional quando, em seu *Discurso sobre o Problema do Livre Comércio*, afirma que “[...] todos os fenômenos destruidores suscitados pela livre concorrência no interior de um país reproduzem-se, em proporções mais gigantescas,

⁷ Em sua forte crítica à teoria de Rosa Luxemburgo sobre a necessidade de mercados externos ao capitalismo, Grossmann (1979) percebe muito bem que o desenvolvimento da lei do valor, pressupondo e pondo o mercado mundial, implica transferência de valor de capitais em economias dependentes para capitais em economias centrais, em que pese toda a relação equivocada que ele faz desse processo com a *derrocada do capitalismo*.

no mercado mundial”. Portanto,

[...] não podemos nos espantar se os livre-cambistas são incapazes de compreender como um país pode enriquecer à custa de outro, pois estes mesmos senhores tampouco querem compreender como, no interior de um país, uma classe pode se enriquecer às expensas de outra. (MARX, 1985, p. 196).

Em síntese, o *mercado mundial* em Marx constitui uma categoria fundamental, significando a necessária expansão do valor-capital em escala mundial, com a dialética da lei do valor e sua contradição entre produção e apropriação contendo o que mais tarde chamou-se de transferência do valor. Não é que não existissem mercados em escala mundial antes do capitalismo, mas é que a lógica do capital industrial uma vez posta historicamente modificou o conteúdo desse mercado mundial, transformando-o em uma sociabilidade (mundial) capitalista. Aqueles mercados em escala mundial antes do capitalismo podem ser entendidos, como veremos, em uma forma antediluviana do mercado mundial enquanto uma categoria capitalista.

Grande indústria e mercado mundial

A historicização do mercado mundial, brevemente indicada na seção anterior, necessita ser teoricamente explicada para que nossa proposição de que o mercado mundial capitalista assume a forma de imperialismo faça sentido. Essa proposição pressupõe outra formulação: que esse mercado mundial capitalista é posto pela grande indústria, o que significa que sua gênese histórica é o período da Revolução Industrial, na transição entre os séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, antes de analisarmos a relação entre mercado mundial e imperialismo (tema da próxima seção), necessitamos, agora, caracterizar os traços gerais da relação entre grande indústria e mercado mundial⁸.

Marx historiciza o mercado mundial, em vários momentos de sua obra, em duas fases. Na primeira, que começa com as Grandes Navegações do final do século XV e termina com a Revolução Industrial, o mercado mundial está em formação, em desenvolvimento, e seu conteúdo não é posto pelo capital. Por outro lado, é bem verdade que essa fase inicial do mercado mundial foi impulsionada por comerciantes, mercadores etc., encarnações de formas embrionárias de capital comercial⁹ – de uma

8 Trabalhos recentes sobre mercado mundial em Marx, como Pradella (2015), Franklin (2017) e Miranda (2018) não abordam essa questão ou, quando abordam, o fazem de forma muito superficial.

9 É bem conhecida a formulação de Caio Prado Júnior (1961) segundo a qual as “descobertas” da América configuram capítulo da história comercial europeia, dentro da qual o “sentido da colonização” tropical foi a constituição de uma “vasta empresa comercial”, cujo resultado foi a organização de uma economia e de uma sociedade “voltada para fora”, atendendo aos objetivos do comércio europeu.

forma de capital destituída de conteúdo capitalista, designada por Marx (2013) como forma antediluviana de capital. Na medida em que a primeira fase do mercado mundial foi gerada por essas formas antediluvianas de capital, vamos caracterizá-la aqui como a *forma antediluviana do mercado mundial*.

A segunda fase do mercado mundial, de constituição do mercado mundial com conteúdo capitalista, do mercado mundial propriamente dito, ocorre com a radical transformação na base técnica do modo capitalista de produção instaurada pela grande indústria. Pradella (2013, p. 121) indica que Marx distingue as duas fases do mercado mundial nos Cadernos de 1846-47 sobre Gustav von Gülich, separando, nas palavras da autora, um “mercado mundial pré-industrial” do “mercado mundial criado com base na grande indústria”. Segundo a autora, esses estudos formaram a base dos trabalhos de Marx nesse período, d’A *Ideologia Alemã* (1845-46) ao *Manifesto comunista* (1848), em que o tema do mercado mundial e o do imperialismo estão presentes.

Note-se, por exemplo, que Marx e Engels (2007a, p. 60) tratam a relação entre grande indústria e mercado mundial n’A *Ideologia Alemã* como de causa e consequência: a grande indústria funciona como causa, como motor do processo de “criação” do “moderno mercado mundial”, que significa, ao mesmo tempo, criação, “pela primeira vez”, da “história mundial”. Subentende-se que o mercado mundial, antes do modo capitalista de produção plenamente desenvolvido, tem outro conteúdo, ainda não capitalista.

Marx e Engels (2007b, p. 41), no *Manifesto Comunista*, de 1848, não hesitam em afirmar que “[...] a grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América”. O mercado mundial propriamente dito (criado pela grande indústria, que imprime “[...] um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países [...]” e que “[...] roubou da indústria sua base nacional” [MARX; ENGELS, 2007b, p. 43]) emerge a partir das condições pré-existentes postas pelo que chamamos de forma antediluviana do mercado mundial, que gesta as condições para sua transformação qualitativa posterior¹⁰.

O desenvolvimento da sociedade burguesa, objeto da primeira parte do *Manifesto*, caminha *pari passu* com o desenvolvimento do mercado mundial. Embora esse argumento já se encontre em 1848, ele será destacado novamente por Marx em 1858, quando, em carta para Engels, parcialmente citada por Pradella (2015, p. 131), explicita a criação do mercado mundial como a “verdadeira tarefa” da burguesia:

10 A América Latina, por exemplo, nos séculos XVI, XVII e XVIII, contribui decisivamente para o desenvolvimento do capital comercial europeu (tanto do capital de comércio de mercadorias quanto do capital de comércio de dinheiro) (MARINI, 2005). Ademais, igualmente decisivo para o desenvolvimento do capital industrial europeu, em especial o inglês, foi o mecanismo do exclusivo metropolitano, estabelecido graças ao monopólio comercial, como enfatiza Novais (1989).

Não há como negar que a sociedade burguesa experimentou pela segunda vez seu século XVI, um século XVI o qual, eu espero, soará como sua trombeta de morte assim como o primeiro a conduziu ao mundo. A verdadeira tarefa da sociedade burguesa é a criação do mercado mundial, ao menos em esboço, e da produção baseada neste mercado. Como o mundo é redondo, a colonização da Califórnia e da Austrália e a abertura da China e do Japão parecem ter completado esse processo. (MARX, 2010, p. 346-347, tradução nossa, grifos nossos).

Nessa carta, Marx reafirma, com todas as letras, a historicidade proposta anteriormente. O segundo século XVI da sociedade burguesa é o século XIX (ou, mais precisamente, a primeira metade do século XIX, pois a abertura dos portos japoneses ocorreu em 1854¹¹).

Ademais, se evidencia que a produção baseada na troca, isto é, produção de mercadorias enquanto cristais de trabalho humano abstrato, depende da criação do mercado mundial. No Livro III de *O Capital*, falando sobre o desenvolvimento do modo capitalista de produção, Marx (2017, p. 380) destaca o caráter impessoal (e global) da troca: “[...] em vez de produzir para o mercador individual ou para determinados clientes, agora o tecelão de pano produz para o mundo do comércio”. Portanto, produção capitalista é produção para o mercado mundial: o mercado mundial, como já afirmamos neste artigo, é o capitalismo (em escala mundial). Disso se infere que a expansão longitudinal do capitalismo equivale à expansão das fronteiras do mercado mundial, que passa a abarcar crescentemente todo o globo terrestre: “Uma produção em massa, cada vez mais ampla, inunda o mercado existente e, assim, promove constantemente a expansão desse mercado, a derrubada de suas barreiras” (MARX, 2017, p. 381). Na mesma carta citada anteriormente, de 1858, Marx pontua que, na Europa, uma “revolução é iminente”, de “caráter socialista”, mas tem dúvidas de sua efetividade, tendo em vista o “*movimento ascendente*” da sociedade burguesa sobre as demais partes da Terra (MARX, 2010, p. 346-347, grifos do autor), revelando a dinamicidade do mercado mundial: a expansão de suas fronteiras significa a expansão das relações sociais e de produção tipicamente capitalistas.

Uma vez que a expansão longitudinal de um tipo de forma social (a sociedade burguesa) se choca com outras formas sociais, precisamos compreender por qual motivo a sociedade burguesa, usando uma expressão famosa do *Manifesto*, “[...] cria um mundo à sua imagem e semelhança” (MARX; ENGELS, 2007B, p. 44), isto é, por

11 Devemos registrar que o método capitalista para forçar a abertura da China e do Japão foi a força das armas. Segundo Hobsbawm (2017a, p. 230), o “[...] comodoro Perry, dos Estados Unidos, [...] forçou os japoneses à abertura de alguns portos em 1853-54 com o método usual das ameaças navais. Os ingleses, e mais tarde, em 1862, as forças unidas ocidentais, bombardearam o Japão com a frivolidade e a impunidade habituais”. A China, por sua vez, foi aberta na Guerra do Ópio, entre 1839 e 1842 (HOBSBAWM, 2017b).

qual motivo ela sai vitoriosa do confronto com outras formas de sociabilidade. Mesmo que o confronto inicial se resolva com a força das armas, como, por exemplo, nas aberturas chinesa e japonesa, o capital recorre a outro tipo de artilharia para manter e desenvolver a dominação prestes a ser instaurada. Já no panfleto de 1848, Marx e Engels oferecem uma explicação inicial que será desenvolvida nos *Grundrisse*, nos *Manuscritos de 1861-1863* e em *O Capital*. Em todos os momentos, a chave para compreender a expansão capitalista (e o desenvolvimento da dominação do capital) é a mesma: a produtividade. Recuperando a famosa passagem do *Manifesto*, os autores dizem que “[...] os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China” e “obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção” (MARX; ENGELS, 2007b, p. 44, grifos nossos).

A expansão geográfica do mercado mundial, por sua vez, significa a extensão das distâncias percorridas pelo capital em seu ciclo. A revolução na produtividade que incide de início sobre as atividades fabris, têxteis em primeiro lugar, se transborda para atividades ligadas à circulação, como a navegação a vapor, a partir dos anos 1820, e as ferrovias, a partir da década seguinte. Isso significa aumento na velocidade de circulação das mercadorias, necessário para compensar as maiores distâncias percorridas no ciclo do capital com a dilatação do mercado mundial¹². A revolução nos transportes (com obras de infraestrutura para navegação, como, por exemplo, o Canal de Suez) e comunicações (com linhas telegráficas) abreviou “o tempo de rotação do comércio mundial”, incidindo positivamente sobre as taxas anuais de lucro (MARX, 2017, p. 98), o que pode ter levado Engels, em nota de rodapé ao texto de Marx, a afirmar que “[...] a expansão colossal dos meios de transporte – navios a vapor transatlânticos, ferrovias, telégrafos elétricos, canal de Suez – criou, pela primeira vez, de fato, o mercado mundial” (MARX, 2017, p. 546, grifos nossos).

Nos *Grundrisse*, em passagens parcialmente citadas por Harvey (2005, p. 50-51), Marx (2011, p. 444) argumenta que “[...] a própria distância espacial resolve-se em tempo; não depende, p.ex., da distância espacial do mercado, mas da velocidade – o quantum de tempo em que se chega ao mercado”. Isto é, para que a expansão das fronteiras do mercado mundial não reduza as taxas anuais de mais-valor, a resposta capitalista é incrementar a produtividade: o tempo de circulação, como corretamente enfatizado por Harvey, responde ao imperativo da acumulação.

12 Harvey (2005) indica que a dilatação do mercado mundial implicaria aumento do tempo de rotação caso a produtividade nos setores ligados à circulação permanecesse a mesma de antes. Ademais, se ocorresse de fato esse aumento no tempo de rotação do capital, o capital faria menos rotações por unidade de tempo, o que significaria produção menor de mais-valor, que levaria à diminuição na taxa anual de mais-valor (MARX, 2014) e na taxa anual de lucro (MARX, 2017).

Nos termos de Marx (2011, p. 445, grifos nossos) nos *Grundrisse*, o capital “[...] tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, i.e., da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado”. A superação de “toda barreira local do intercâmbio” equivale à superação de toda forma social não-capitalista, que se transforma, assim, em forma capitalista à medida que se integra ao mercado mundial. Ademais, a destruição do “espaço por meio do tempo” significa necessariamente o radical incremento de produtividade nos setores ligados à circulação, como sugerimos anteriormente, que, por sua vez, depende da revolução no valor nos setores propriamente produtivos. Um raciocínio parecido com esse é desenvolvido nas *Teorias da Mais-Valia*, obra escrita entre 1861 e 1863, em que Marx articula a expansão do mercado mundial com uma noção primitiva de relação centro-periferia, dizendo que “[...] o mercado se amplia no espaço, e um raio cada vez mais longo delimita a periferia em relação ao centro da esfera de produção da mercadoria” (MARX, 1980, p. 1335).

Contudo, ainda não está explícito que o que difere essencialmente o centro da periferia são os níveis diferentes de produtividade. Apenas em *O Capital* tal raciocínio encontra suporte efetivo, que começa a se desenhar, entretanto, nos *Manuscritos de 1861-1863* e especialmente no texto escrito entre 1863-4, que se tornou conhecido como *Capítulo VI Inédito de O Capital*. Ao desenvolver a distinção entre os processos formais e reais de subsunção do trabalho ao capital, Marx (2004, p. 92) indica expressamente que a produção do mais-valor relativo é a “expressão material [...] da subsunção real do trabalho ao capital”, com a qual “[...] efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e trabalhador” (MARX, 2004, p. 104-105). O modo de produção capitalista “[...] agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*”, especificamente capitalista, o que equivale a dizer que a subsunção real serve de “[...] base para o desenvolvimento da relação capitalista” (MARX, 2004, p. 105). Nesse sentido, já é possível antever que a subsunção real dota o capital das forças necessárias para a constituição do mundo “à sua imagem e semelhança”. Embora não nesses termos, nos parece que é isso que Marx aponta quando afirma que, com a subsunção real do trabalho ao capital, “[...] a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos industriais de que até o momento ainda não se apoderou e nos quais ainda (existe) a subsunção formal” (MARX, 2004, p. 105).

Esse argumento presente no *Capítulo VI Inédito* foi aprofundado em *O Capital* nos três capítulos com os quais Marx explica o desenvolvimento dos métodos de produção do mais-valor relativo: cooperação, manufatura e grande indústria. O argumento do autor revela que os métodos pioneiros (cooperação e manufatura) não deixam de existir com o advento da maquinaria e da grande indústria, mas con-

stituem as bases para a produção capitalista mais desenvolvida, isto é, centrada na grande indústria. Marx (2013, p. 411, grifos nossos) foi explícito ao apontar que a manufatura foi a “*forma característica* do processo de produção capitalista” entre o século XVI e o último terço do século XVIII, sendo, a partir de então, substituída pela produção em grande indústria.

Ocorre, assim, uma revolução na produtividade e, em função disso, esse novo método de produção se generaliza gradativamente à medida que os novos capitalistas industriais passam a ocupar os espaços do mercado anteriormente ocupados pelos fabricantes que utilizavam métodos primitivos de produção¹³. Como a revolução na produtividade significa, tautologicamente, revolução na capacidade de produzir e fazer circular as mercadorias, isso só foi possível graças à revolução no próprio mercado mundial, que muda de qualidade a partir de várias e sucessivas mudanças quantitativas¹⁴. A diferença crucial que representa essa mudança de qualidade é que, antes, a produção capitalista não se distinguia radicalmente (do ponto de vista técnico) de formas de produção artesanais espalhadas ao redor do mundo, de modo que havia barreiras quase intransponíveis ao espraiamento da relação capitalista. Por outro lado, com a grande indústria (a partir de condições postas pela manufatura¹⁵), a forma de produção capitalista é radicalmente distinta de qualquer outra, e, por conseguinte, instaura-se progressivamente uma divisão do trabalho na sociedade (mundial) organizada pelo desnível estrutural de produtividade¹⁶.

No Capítulo “Maquinaria e grande indústria”, de *O Capital*, Marx (2013) deixa claro que a existência de uma divisão internacional do trabalho (a qual pressupõe a existência de nações formalmente independentes, como desenvolveremos na próxima seção) decorre da produção mecanizada em grande escala, de altíssima produtividade comparada com formas contemporâneas de produção, ou seja, da subsunção real do

13 Analisando dados da produção de tecidos entre 1788 e 1803, Rubin (2014, p. 279) relata o impacto da introdução da máquina de fiar na Inglaterra: “[...] o tecido de algodão começou a sobrepujar as lãs mais caras; graças ao seu preço barato, eles conseguiram penetrar na remota área rural e nos mercados estrangeiros”.

14 “A Inglaterra estava em vias de se transformar na ‘fábrica do mundo’, fornecendo bens fabricados para o resto do planeta. Seu comércio exterior crescia rapidamente. Entre 1760 e 1815, as importações para a Inglaterra passaram de 10 para 30 milhões de libras, ao passo que suas exportações aumentaram de 15 para 59 milhões de libras. O comércio exportador, que anteriormente subordinava a indústria de exportação, tornava-se agora o subsidiário de uma indústria poderosamente desenvolvida” (RUBIN, 2014, p. 279).

15 “Tão logo a manufatura se fortalece de alguma maneira – e, mais ainda, a grande indústria –, ela cria um mercado para si mesma, conquista-o por meio de suas mercadorias” (MARX, 2017, p. 380).

16 As máquinas “[...] supressumem a atividade artesanal como princípio regulador da produção social. Por um lado, portanto, é removido o motivo técnico da anexação vitalícia do trabalhador a uma função parcial. Por outro, *caem as barreiras que o mesmo princípio ainda erguia contra o domínio do capital*” (MARX, 2013, p. 443, grifos nossos).

trabalho ao capital naqueles lugares a que o autor chamou de “centro” nos *Manuscritos de 1861-63*, que arruína o “produto artesanal” das periferias¹⁷.

Esse comentário de Marx reforça a tese segundo a qual

[...] a necessidade imanente que este possui [i.e., o modo de produção capitalista] de produzir em escala cada vez maior gera um impulso à constante expansão do mercado mundial, de modo que [...] não é o comércio que revoluciona a indústria, mas é ela que revoluciona constantemente o comércio. (MARX, 2017, p. 377).

O mercado mundial possui fronteiras fluidas que se deslocam de acordo com o ritmo da produção industrial, de forma que o “[...] capitalista industrial tem sempre diante de si o mercado mundial”; o produtor, quando se torna comerciante, isto é, quando produz para a troca, o que só ocorre no modo de produção especificamente capitalista, se torna dependente das “[...] condições de produção que têm origem no mercado mundial¹⁸” (MARX, 2017, p. 380). Em outras palavras, o capitalista industrial “[...] confronta e tem de confrontar constantemente seus próprios preços de custo com os preços de mercado, não só aqueles praticados em seu país, mas no mundo inteiro” (MARX, 2017, p. 381). Ou seja, desde a grande indústria, o valor-capital funciona, opera, em nível mundial, o que significa que os desdobramentos dialéticos da lei do valor (desenvolvidas na seção anterior) também são válidos nesse mesmo nível.

Marx retoma a tese do *Manifesto*, segundo a qual a “artilharia pesada” é evidentemente municida pelos incrementos de produtividade, no Livro III de *O Capital*, quando comenta sobre os “ridículos” e “infames” experimentos econômicos britânicos na Índia: com o “poder político e econômico” dos ingleses, se “[...] se pode falar em um efeito revolucionador de seu comércio sobre o modo de produção [asiático], é apenas na medida em que, *por meio do baixo preço de suas mercadorias*, eles aniquilam as atividades de fiação e de tecelagem” e “desagregam essas comunidades” (MARX, 2017, p. 378, grifos nossos).¹⁹

17 Em estudo empírico sobre o comércio de têxteis entre Grã-Bretanha e Brasil na primeira metade do século XIX, Pereira (2021) mostra que o extraordinário volume de mercadorias que chegava aos portos brasileiros era causado mais pelo “hiato de produtividade” do que pelas tarifas preferenciais de 1810. “Demand increased substantially with cheaper textiles and Brazil imports of calicos increased from 12.8 million yards in 1815 to 153.8 million in 1860. In comparison, the estimated production of cotton fabrics (most of them coarse cloth) in Brazil was only 2.9 million yards in 1866” (PEREIRA, 2021, p. 328).

18 Nos *Manuscritos de 1864-65*, em trecho não incluído por Engels na edição do Livro III de *O Capital*, Marx (2015, p. 442) ainda enfatiza, entre parênteses, logo após mencionar o mercado mundial no final da oração citada: “ao invés de ser local ou nacional”.

19 Cf. Miranda (2018, p. 126-153) para um estudo rigoroso sobre o verdadeiro sentido das controversas teses de Marx sobre os efeitos do colonialismo britânico na Índia.

A produção artesanal em ruínas é imediatamente substituída pela produção para o mercado mundial, portanto, produção capitalista. Como o processo histórico é complexo e não-linear, podem se desenvolver relações capitalistas mesmo quando vigoram instituições pré-capitalistas, como a escravidão, por exemplo. Contudo, mesmo antes da disseminação histórica da relação de assalariamento, as regiões nas quais as unidades produtivas produziam mercadorias para o mercado mundial podem ser encaradas como *formalmente capitalistas* (MARX, 1980)²⁰. Em decorrência desse argumento, essas unidades produtivas eram capitais (na forma) e, como é de se esperar, operavam sob o jugo da lei do valor.

Interessante observar que as pressões inglesas para o fim do regime de escravidão na América ocorrem especialmente após a constituição da grande indústria. De fato, como explica Fernando Novais (1989, p. 109), o escravismo “[...] limita o crescimento da economia de mercado” e põe barreiras à rotação do capital industrial. Com a Revolução Industrial e o aumento da produtividade e da produção, há maior necessidade de consumo “da sociedade como um todo”, o que implica a necessidade da “generalização das relações mercantis”, inclusive no mercado de força de trabalho (NOVAIS, 1989, p. 112). Com o fim das formas de trabalho compulsório e a generalização do assalariamento, ocorre a disseminação da produção realmente (e não apenas formalmente) capitalista, com forma e conteúdo capitalista²¹.

Ora, a generalização do assalariamento e a dos processos formais de descolonização americana²² têm em comum serem ambas resultado, em um elevado nível de generalização, do desenvolvimento da grande indústria²³. O mesmo pode ser dito do mercado mundial capitalista, como tentamos mostrar nesta seção, cuja gênese como

20 Nas colônias onde vigoravam as *plantations* “[...] destinadas desde o início à especulação comercial e com a produção voltada para o mercado mundial, verifica-se produção capitalista, embora formalmente apenas, uma vez que a escravatura negra exclui o assalariado livre, portanto o fundamento da produção capitalista” (MARX, 1980, p. 729).

21 Registre-se que a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado é um longo processo histórico permeado por inúmeras formas intermediárias de trabalho. Ademais, como aponta Cardoso (1979, p. 365), apesar da abolição da escravidão e a imposição de reformas liberais serem responsáveis pela “desagregação de estruturas de tipo colonial” em proveito do avanço do capitalismo, elas “[...] não significaram, contudo, o triunfo de relações de produção capitalistas típicas”, isto é, como vigente nos países centrais.

22 Para nosso escopo, por “descolonização” estamos nos referindo ao processo de formação de uma soberania nacional do ponto de vista formal.

23 Não estamos, com isso, reduzindo a determinação de ambos os processos como se fossem única e exclusivamente causados pela grande indústria, por isso nosso aposto de que se trata de uma determinação em um elevado nível de generalidade. Os dois processos históricos – abolição da escravidão e declaração formal de independência – resultam, concretamente, da luta de classes. No primeiro caso, de uma luta de longa duração do povo negro contra as classes proprietárias (AZEVEDO, 1987), e, no segundo, observando o caso brasileiro, de uma disputa interna à classe dirigente, dos latifundiários brasileiros, que vendiam para o mercado mundial, contra a aristocracia imperial portuguesa (SALGADO, 2019).

uma categoria nova, qualitativamente distinta de sua forma antediluviana, depende da grande indústria. Precisamos ainda analisar outra implicação dessa questão: qual o desdobramento do fato de que o mercado mundial capitalista (criado pela grande indústria) é o lócus através do qual o capital se reproduz? Em outras palavras, qual a implicação da reprodução do valor-capital em escala mundial? Esse é o tema da próxima seção, na qual a análise será realizada em um nível lógico mais concreto, considerando a concorrência real entre capitais em um mundo fragmentado em nações (ou grupos de nações) formalmente independentes.

Mercado mundial e imperialismo

Na seção anterior mostramos que o mercado mundial capitalista nasce com a grande indústria, a qual também é responsável pela crise do sistema colonial latino-americano²⁴ (ou melhor, corresponsável, pois não podemos ignorar o papel da Independência dos Estados Unidos e do Haiti e da Revolução Francesa na difusão dos ideais anticoloniais [CARDOSO, 1990, p. 122]). Nascia a *sociedade moderna* (expressão utilizada por Marx para designar a “[...] diferença entre sociedades pré-capitalistas/pré-burguesas e capitalistas/burguesas”, resultado das “[...] profundas transformações políticas e econômicas ocorridas entre 1780 e 1860” [HEINRICH, 2018, p. 21-22]) e o “*sistema internacional de Estados soberanos*” (SALGADO, 2019, p. 2, grifos nossos). Pretendemos mostrar que, nessa sociedade moderna e nesse sistema internacional, as relações econômicas internacionais carregam características do que contemporaneamente chamamos de imperialismo, ou seja, o imperialismo é a forma histórica do mercado mundial capitalista. O conteúdo capitalista do mercado mundial, portanto, se desdobra historicamente, desde sua gênese, em imperialismo, que, por sua vez, também tem sua própria historicidade (a qual ajuda a explicar a confusão em torno da noção tradicional do imperialismo como capitalismo monopolista, como veremos adiante).

No caso da América Latina, a velha subordinação colonial se transforma, com a grande indústria e o mercado mundial, em uma nova subordinação, de qualidade radicalmente distinta, entre nações formalmente independentes. Contraditoriamente, em outros lugares do mundo, como a Ásia ou a África, por exemplo, o capital opera uma transformação inversa: a necessidade de mercados de matéria-prima impulsiona agressões militares das mais variadas formas, forjando novas relações de dominação coloniais (ou neocoloniais) a partir do século XIX (GALLAGHER; ROBINSON, 1953).

²⁴ Ver, a esse respeito, Novais (1989).

Nosso ponto é que a teoria do imperialismo geralmente não é requisitada para se analisar o período entre a Revolução Industrial e a formação do que Hilferding e Lenin chamaram de “capitalismo monopolista”, que começaria entre a depressão dos anos 1870 e a crise de 1900 a 1903 (LENIN, 2008). Historiadores marxistas, como Caio Prado Júnior (2006), por exemplo, enfatizam a influência do imperialismo sobre a economia brasileira a partir da República, notadamente recorrendo ao arsenal categorial de Lenin que enfatiza o papel das exportações de capital. Quanto aos estudos contemporâneos sobre o imperialismo, também parece existir um vácuo teórico quando o assunto é o século XIX, pois, como aponta Corrêa (2012), a maioria das teorias tenta explicar o imperialismo a partir dos anos 1870.

Ao reivindicar o “capitalismo monopolista” como fundamento genético do imperialismo e considerar a dominação exercida por capitais financeiros, monopólios, trustes etc. como a característica definidora do imperialismo, os autores clássicos estão caracterizando-o a partir de mecanismos de dominação econômica²⁵. Certamente essa dominação econômica depende da dominação extraeconômica, especialmente da força das armas, motivo pelo qual autores como Callinicos (2009) e Harvey (2003) caracterizam o imperialismo na interseção entre o econômico e o (geo) político. Contudo, a dominação econômica continua localizada no núcleo central da explicação do imperialismo capitalista (o que está correto, pois o que há de específico no capitalismo é exatamente a dominação via mercado, que se apresenta de forma velada, mais ou menos oculta, invisível, como sugere Wood [2014], diferenciando o que ela chama de “império do capital” de formas pré-capitalistas de dominação).

No entanto, como indicamos ao longo deste artigo, a conformação da grande indústria cristaliza a própria dominação econômica, embora por canais distintos do atribuído pelas teorias clássicas do imperialismo. Não é obra do acaso que a Inglaterra consolide uma posição absolutamente dominante no quadro das relações internacionais do século XIX. A explosão do comércio exterior entre 1780 e 1850 significa que a reprodução do capital passa a ocorrer no plano do mercado mundial²⁶, com imenso predomínio técnico de capitais ingleses. Segue-se, a partir daí, como expli-

25 Leite e Correa (2021) mostram porque Lênin tratou as exportações de capitais como “a questão principal” em sua teoria do imperialismo.

26 “Entre 1780 e 1840, o comércio internacional em todo o mundo ocidental mais do que triplicou; entre 1780 e 1850, ele se multiplicou em mais de quatro vezes. Por padrões posteriores, tudo isto foi sem dúvida muito modesto, mas, por padrões anteriores, e afinal de contas estes eram os padrões utilizados pelos contemporâneos para estabelecer comparações com sua época, eles estavam além dos sonhos mais loucos” (HOBSBAWM, 2017b, p. 271). Evidentemente, a partir dos anos 1870 este processo explode ainda mais, fazendo com que Engels sugira, por exemplo, em nota de rodapé ao Livro III de *O capital*, como já indicamos neste artigo, que o mercado mundial se origine, “de fato”, a partir da “expansão colossal dos meios de transporte” desde a crise de 1867. Ver nota de rodapé em Marx (2017, p. 546).

camos na primeira parte deste artigo, a conformação de um processo estrutural de transferência de valor pela via do comércio exterior: uma *transferência internacional de valor* nos marcos de um sistema internacional de Estados soberanos. A dominação, do ponto de vista da América Latina, é econômica. Por isso a teoria marxista da dependência toma como base o comércio exterior, que é o canal pelo qual se constitui uma relação original de “exploração internacional”, portanto de imperialismo e dependência²⁷.

Como a grande indústria exaspera a cooperação e a divisão do trabalho, o imperialismo que nasce com ela impõe o *desenvolvimento combinado*. Os “núcleos econômico-espaciais”, utilizando uma expressão de Osorio (2012, p. 76), estão necessariamente imbricados nessa rede de relações imperialistas; o desenvolvimento nos centros se combina com o desenvolvimento nas periferias. Ao mesmo tempo, a transferência internacional de valor segmenta as diversas regiões em “núcleos de acumulação de valor” e “territórios que sofrem de desacumulação” (OSORIO, 2012, p. 76), de modo que o *desenvolvimento* também é *desigual*²⁸.

Osorio (2012, p. 77) divide a história dos processos de transferência de valor em basicamente dois períodos: colonial e pós-colonial, sendo que os mecanismos econômicos de transferência de valor predominam apenas no último período. Se o imperialismo capitalista é definido exatamente pelo predomínio da coerção econômica sobre a não-econômica (WOOD, 2014), as relações imperialistas nascem quando os mecanismos de coerção econômica (transferência de valor) se estruturam organicamente no seio da economia mundial, o que pressupõe (i) o desnível estrutural de produtividade entre os núcleos econômico-espaciais e (ii) a conformação das soberanias nacionais.

Arrizabalo Montoro (2014) defende a interpretação de Lenin para a gênese histórica do imperialismo. Ele recorre à vitalidade dos famosos cinco traços do objeto e sustenta que o imperialismo deve ser formulado em termos de um estágio histórico do capitalismo, nascido no final do século XIX, sucedendo o que ele chama de “estágio do capitalismo ascendente”. Contudo, para defender que o terreno da acumulação de capital no estágio imperialista é a “economia mundial como tal” (ARRIZABALO MONTORO, 2014), ele precisa pressupor que há um processo de internacionalização

27 Utilizamos a definição de Marini, já destacada na Introdução com as palavras de Santos (1970), em que a dependência refere-se a “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005, p. 141).

28 Para a relação entre desenvolvimento combinado e desenvolvimento desigual, ver Trotsky (1977). Não estamos apontando que o imperialismo é a única causa do desenvolvimento desigual, mas que é um mecanismo que o retroalimenta.

do capital que o antecede historicamente e forja, seguindo seus termos, o próprio imperialismo. Uma divisão internacional do trabalho no suposto estágio pré-imperialista, seguindo Arrizabalo Montoro (2014, p. 161-162), decorrente da operação da lei do valor, impõe-se como uma “[...] relação assimétrica, cujas diferenças tendem a se reproduzir de forma ampliada no tempo, convertendo a dependência em um fenômeno crônico”. O autor caracteriza a reprodução da assimetria “entre as distintas nações” como desenvolvimento desigual, que se constitui como “uma lei de desenvolvimento capitalista”. Portanto, a lei do desenvolvimento desigual explica o “lugar subordinado e dependente [das economias subdesenvolvidas] na divisão internacional do trabalho” e funciona desde antes do que ele denomina como “estágio histórico” do imperialismo.

O autor não desenvolve, contudo, qual o mecanismo lógico que dá sustentação a essa lei. Ademais, não percebe que a lei do valor implica uma relação assimétrica na divisão internacional do trabalho, reproduzida ampliadamente no tempo, desde a Revolução Industrial. Nesse quadro histórico, a dependência se converte em um fenômeno crônico desde a Independência. A diferença qualitativa entre a situação colonial e a situação de dependência, que Marini (2005, p. 141) sugere como “a dificuldade da análise teórica”, só pode ser compreendida à luz das imensas transformações operadas pela grande indústria que sobrepõem mecanismos econômicos de subordinação e dominação aos fundamentos extraeconômicos da dominação colonial²⁹.

Arrizabalo Montoro (2014, p. 167), embora defenda a concepção de Lenin para a gênese histórica do imperialismo no final do século XIX, Tateia nosso argumento quando diz que

[...] o grande desenvolvimento das forças produtivas que implicou o capitalismo ascendente [1750 a 1900], se materializa na constituição das grandes potências imperialistas, configuradas em torno de uns capitais cada vez maiores diretamente respaldados por seus respectivos Estados.

Ora, o “grande desenvolvimento das forças produtivas” é uma decorrência histórica da grande indústria. As “grandes potências imperialistas” só podem ser adjetivadas assim enquanto “capitais cada vez maiores” estabelecem relações econômicas com capitais menos produtivos e/ou produtores não-capitalistas de outros lugares, consti-

29 Em relação às diferenças entre a situação colonial e a situação de dependência, Marini argumenta que ambas são qualitativamente diferentes, contrapondo sua perspectiva à de André Gunder Frank. Seu argumento é que “[...] ainda que se dê continuidade entre ambas, não são homogêneas”. Por isso, assegura o autor, “[...] a dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade” (MARINI, 2005, p. 141).

tuindo necessariamente processos de transferência internacional de valor. Constituindo o imperialismo. É por esse motivo que o desenvolvimento desigual se reproduz no tempo e se firma como uma lei de desenvolvimento capitalista.

Se a “condição dependente”, como diz Osorio (2004, p. 81), se define pela “transferência de valor até o mundo central”, podemos dizer que a condição imperialista se define pelo inverso: pela apropriação/expropriação do valor produzido no mundo dependente. Em síntese, capitais espalhados em diversas partes do mundo relacionando-se de forma mercantil integram-se a uma relação de concorrência na qual os mais produtivos extraem valor dos demais. Isso potencializa a acumulação de capital nas regiões que reúnem os capitais mais produtivos, fortalecendo uma polarização global entre duas regiões, *imperialistas* e *dependentes*. Portanto, o mercado mundial (capitalista) carrega necessariamente uma relação social entre capitais na qual a riqueza subtraída de um polo alimenta o outro. Não se trata de uma exploração entre nações, embora possa assim aparecer quando mencionamos “exploração internacional” anteriormente, mas da exploração do capital sobre a força de trabalho em escala mundial. A classe trabalhadora mundial produz mais-valor, que é redistribuído pelos capitais em concorrência e, através de vários condutos, dentre eles o comércio exterior, se direciona predominantemente para os centros imperialistas.

Essa relação social é o próprio *imperialismo*, ou, em outras palavras, a *forma social e histórica* do mercado mundial na época capitalista. Interpretar o imperialismo desta maneira, cotejando-o, assim, com o mercado mundial, nos parece suficiente para sustentar que, independentemente da configuração concreta do mercado mundial em períodos distintos, ele só existe quando expresso em imperialismo. Este, por sua vez, também possui uma historicidade própria, com períodos nos quais as configurações concretas se distinguem das de outros períodos. E não poderia ser diferente, posto que o objeto se apresenta diferentemente em circunstâncias distintas.

Conclusões

Tomando a lei do valor como ponto de partida de nossa exposição, chegamos ao imperialismo como a forma social e histórica do mercado mundial, uma vez que aquele emerge a partir das mesmas condições que constituem este. Nosso ponto é que, uma vez constituídos, grande indústria e mercado mundial produzem uma relação crescentemente assimétrica, de desenvolvimento desigual e combinado, transformando a antiga relação colonial em uma moderna relação imperialista que engendra relações de dependência. Isto é, a lei do valor (que pressupõe e põe o mercado mundial) determina o imperialismo, de modo que este se configura como uma legalidade própria do

capitalismo a partir de sua transformação qualitativa com a grande indústria.

Ao tratar o imperialismo como uma categoria interna à lógica do capital, isto é, derivada do próprio desenvolvimento do capital, sustentamos um argumento que poderia ser lido como economicista. Afinal, onde está o Estado, a política, a diplomacia, a guerra, a cultura, a linguagem? Nossa resposta só poderia ser metodológica: utilizamos a “força da abstração”, para seguir com uma expressão de Marx (2013), para isolar as formas econômicas do imperialismo. Não é que o Estado ou as outras determinações citadas anteriormente não estejam presentes. Elas estão presentes e são necessárias para a existência real dessas formas econômicas, mas abstraímos delas para apreender o que de fato era nosso propósito.

A explicação sugerida neste trabalho equivale a uma reconstituição teórica do processo histórico que produziu a dependência (e o imperialismo). É uma tentativa de contribuir (i) com o esclarecimento de um aspecto crítico do capitalismo dependente e (ii) com o debate sobre a gênese do imperialismo.

Referências

- ARRIZABALO MONTORO, Xabier. *Capitalismo y economía mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.
- AZEVEDO, Celia Maria. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2015.
- CALLINICOS, Alex. Imperialism and global political economy. London: Polity Press, 2009.
- CARDOSO, Ciro. A crise do colonialismo luso na América Portuguesa (1750-1822). In: LINHARES, Maria (Org.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 111-128.
- CARDOSO, Ciro. Latinoamerica y el Caribe (Siglo XIX): la problemática de la transición al capitalismo dependiente. In: FLORESCANO, Enrique (Org.). Ensayos sobre el desarrollo económico de México y América Latina, 1500-1975. México: Fondo Cultura Económica, 1979. p. 315-368.
- CORRÊA, Hugo F. S. Teorias do Imperialismo no Século XXI: (in)adequações do debate no marxismo. 2012. 247 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- FRANKLIN, Rodrigo. O mercado mundial no pensamento de Karl Marx. *Economia Ensaios*, v. 32, n. 1, p. 131-158, 2017. DOI: 10.14393/REE-v32n1a2017-6
- GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. The imperialism of free trade. *The Economic History Review*, v. 6, n. 1, p. 1-15, 1953. DOI: 10.2307/2591017
- GROSSMANN, Henryk. La Ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista: una teoría de la crisis. México: Siglo XXI, 1979.
- HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. p. 41-73.
- HARVEY, David. O novo imperialismo. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003.
- HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017a.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017b.
- KVANGRAVEN, Ingrid. Beyond the stereotype: restating the relevance of the dependency research programme. *Development and Change*, v. 52, n. 1, p. 76-112, 2021. DOI: 10.1111/dech.12593
- LEITE, Leonardo; CORREA, Hugo. A questão principal? Um debate sobre a importância da categoria exportação de capital em Lênin. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 26.,

2021. *Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia Política*. Goiânia: SEP, 2021.

LENIN, Vladimir. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.

LUCE, Mathias S. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro III.

MARX, K. *Economic Manuscript of 1864-1865*. Londres: Brill, 2015.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2014. Livro II.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Marx to Engels, in Manchester: London, 8 October 1858. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels collected works: Letters, 1856-1859*. London: Lawrence & Wishart, 2010. p. 345-347. v. 40.

MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global Editora, 1985.

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. São Paulo: Difel, 1980. (3 v.).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007b.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura Social e Formas de Consciência II: a dialética da estrutura e da história*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2001.

MIRANDA, Flávio. *Desenvolvimento desigual e mercado mundial em Marx*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia*. México: Miguel Ángel Porrúa; UAZ, 2004. (Colección América Latina y el Nuevo Orden Mundial).

PEREIRA, Thales. Tariffs and the textile trade between Brazil and Britain (1808-1860). *Estudios Económicos*, v. 51, p. 311-342, 2021. DOI: 10.1590/0101-41615124tzp

PRADELLA, Lucia. *Globalisation and the critique of political economy: new insights from Marx's writings*. London: Routledge, 2015.

PRADELLA, Lucia. Imperialism and capitalist development in Marx's Capital. *Historical Materialism*, v. 2, n. 21, p. 117-147, 2013. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/hima/21/2/article-p117_5.xml?language=en>. Acesso em: 19 jan. 2022.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto; UERJ, 2001.

RUBIN, Isaac. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SALGADO, Pedro. Agency and geopolitics: Brazilian formal independence and the problem of Eurocentrism in international historical sociology. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 33, n. 3, p.432-451, 2019. DOI: 10.1080/09557571.2019.1638343

SANTOS, Theotônio. The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, vol. 60, n. 2, p. 231-236, 1970.

SHAIKH, Anwar. *Capitalism: competition, conflict, crisis*. New York: Oxford University Press, 2016.

TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WOOD, Ellen M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.